



CRIMES DE TRÂNSITO

1ª edição

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Crimes de Trânsito

1ª edição

SUMÁRIO

1. Tratado internacional
2. Tutela constitucional
3. Âmbito de incidência do Código de Trânsito Brasileiro
4. Conceitos preliminares
5. Terminologia
1. Regras gerais
1. Documentos válidos para condução de veículo automotor
2. Adequação das medidas
3. Derrogação do art. 47, III, do Código Penal
4. Aplicação das penalidades
1. Prazo de duração da penalidade e outras questões
3. Início da pena restritiva – razão da norma
1. Momento
2. Recursos cabíveis
1. Aplicação obrigatória
2. Finalidade
3. Fixação
4. Execução
5. Natureza jurídica
6. A questão da constitucionalidade do dispositivo
7. Compatibilidade com a prestação pecuniária
1. Conduta geradora de dano ou risco de dano
2. Veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas
3. Motorista sem autorização para dirigir
5. Motorista profissional
6. Motorista utilizando veículo adulterado
7. Conduta sobre a faixa de pedestres
1. Conceito
2. Forma de identificar
3. Previsão no CTB
4. Momento – instrumento de concessão
5. Ato unilateral

6. Natureza jurídica da sentença concessiva

1. Razão da norma

2. Ponto de incidência

3. Requisitos

4. Configuração da prestação de socorro

5. Prisão e fiança – consequências

6. Procedimento

1. Crítica doutrinária à redação defeituosa do tipo – crime remetido

2. Objeto jurídico

3. Objeto material

4. Sujeitos do crime

4.1 Esclarecimento conceitual

4.2 Sujeito ativo

4.3 Sujeito passivo

5. Tipo objetivo

5.1 Conduta nuclear

5.2 Crime de modo vinculado

5.3 Crime de forma livre

5.4 Lugar do crime

5.5 Responsabilidade penal

6. Elemento normativo

6.1 Ajuste terminológico

6.2 Tipo penal aberto

6.3 Elementos do crime culposos

6.4 Modalidades de culpa

6.5 Espécies de culpa

7. Consumação e tentativa

7.1 Classificações preliminares

7.1.1 Quanto ao momento consumativo

7.1.2 Quanto ao resultado naturalístico

7.1.3 Quanto ao número de atos

7.2 Identificação do momento consumativo

7.3 Verificação do cabimento da tentativa

8. Penas e seus reflexos

8.1 Afastamento da Lei 9.099/95

8.2 Penas cumulativas

8.4 Arrependimento posterior

- 8.5 Acordo de não-persecução penal
- 8.6 Substituição da pena
- 8.7 Procedimento
- 9. Ação penal
- 10. Classificação jurídica
- 1. Motorista sem autorização legal para dirigir veículo automotor
- 2. Conduta praticada em locais seguros
- 3. Com omissão de socorro
- 4. Crime praticado por motorista profissional
- 1. Evolução legislativa e seus reflexos penais
- 2. Substituição da pena
- 1. Crítica doutrinária à redação defeituosa do tipo – crime remetido
- 2. Objeto jurídico
 - 2.1 A questão do consentimento do ofendido
- 3. Objeto material
- 4. Sujeitos do crime
 - 4.1 Sujeito ativo
 - 4.2 Sujeito passivo
- 5. Tipo objetivo
 - 5.1 Conduta nuclear
 - 5.2 Crime de modo vinculado
 - 5.3 Crime de forma livre
 - 5.4 Lugar do crime
 - 5.5 Responsabilidade penal
- 6. Elemento normativo
- 7. Consumação e tentativa
 - 7.1 Identificação do momento consumativo
 - 7.2 Verificação do cabimento da tentativa
- 8. Penas e seus reflexos
 - 8.1 Incidência da Lei 9.099/95
 - 8.2 Penas cumulativas
 - 8.3 Procedimento
- 9. Ação penal
- 10. Classificação jurídica
- 2. Lesão corporal de natureza grave ou gravíssima
 - 2.1 Configuração
 - 2.2 Lesão leve

- 3. Penas e seus reflexos
 - 3.1 Reflexos intertemporais
 - 3.2 Afastamento da Lei 9.099/95
 - 3.3 Penas cumulativas
 - 3.4 Substituição da pena
- 1. Previsão em Tratado
- 2. Objeto jurídico
- 3. Objeto material
- 4. Sujeitos do crime
 - 4.1 Sujeito ativo
 - 4.1.1 Identificação do destinatário da norma
 - 4.1.2 Crime omissivo próprio
 - 4.2 Sujeito passivo
- 5. Tipo objetivo
 - 5.1 Conduta nuclear
 - 5.2 Alternativas legais supletivas
 - 5.3 Tipo penal incriminador mandamental
 - 5.4 Erro de tipo incriminador-mandamental
- 6. Elemento subjetivo
- 7. Consumação e tentativa
 - 7.1 Identificação do momento consumativo
 - 7.2 Verificação do cabimento da tentativa
- 8. Penas e seus reflexos
 - 8.1 Incidência da Lei 9.099/95
 - 8.2 Subsidiariedade expressa
- 9. Ação penal
- 10. Classificação jurídica
 - 1. Vítima socorrida por terceiros
 - 2. Morte instantânea
 - 3. Ferimentos leves
- 1. Objeto jurídico
- 2. Sujeitos do crime
 - 2.1 Sujeito ativo
 - 2.1.1 Concurso de pessoas
 - 2.2 Sujeito passivo
- 3. Tipo objetivo
 - 3.1 Conduta nuclear

- 3.2 A questão da (in)constitucionalidade do dispositivo
 - 3.2.1 Breve contextualização
- 3.3 Exclusão do crime
- 4. Elemento subjetivo
- 5. Consumação e tentativa
 - 5.1 Identificação do momento consumativo
 - 5.2 Verificação do cabimento da tentativa
- 6. Penas e seus reflexos
- 7. Ação penal
- 8. Classificação jurídica
- 1. Tratamento legal da embriaguez ao volante
- 2. Evolução legislativa e seus reflexos penais
 - 2.2 Análise da evolução legislativa
- 1997. Redação original
- 2008. Lei 11.705/2008
- 2012. Lei 12.760/2012
- 2014. Lei 12.971/2014
- 3. Natureza jurídica do tipo penal
 - 3.1 Conceitos preliminares
 - 3.2 Correntes doutrinárias
 - 3.2.1 Crime de perigo concreto
 - 3.2.2 Crime de perigo abstrato
 - 3.2.3 Crime de perigo abstrato de perigosidade real
 - 3.3 Interpretação jurisprudencial
- 4. Objeto jurídico
- 5. Sujeitos do crime
 - 5.1 Sujeito ativo
 - 5.2 Sujeito passivo
- 6. Tipo objetivo
 - 6.1 Conduta nuclear
 - 6.2 Contravenção penal - derrogação do art. 34 da LCP (D.L. 3.688/41)
 - 6.3 Materialidade delitiva
 - 6.4 Recusa de realização dos exames e a consequência administrativa
- 7. Elemento subjetivo
- 8. Consumação e tentativa
 - 8.1 Identificação do momento consumativo
 - 8.2 Verificação do cabimento da tentativa

9. Penas e seus reflexos

9.1 Manutenção da pena

9.2 Incidência da Lei 9.099/95

9.3 Procedimento penal

9.4 Substituição da pena

10. Ação penal

11. Classificação jurídica

1. Objeto jurídico

2. Sujeitos do crime

2.1 Sujeito ativo

2.2 Sujeito passivo

3. Tipo objetivo

3.1 Tipo básico

3.2 Tipo equiparado

3.3 Antinomia aparente

4. Elemento subjetivo

5. Consumação e tentativa

5.1 Identificação do momento consumativo

5.2 Verificação do cabimento da tentativa

6. Penas e seus reflexos

7. Ação penal

8. Classificação jurídica

1. Evolução legislativa e seus reflexos penais

1997. Redação original

2014. Lei 12.971/2014

2017. Lei 13.546/2017

2. Objeto jurídico

3. Sujeitos do crime

3.1 Sujeito ativo

3.2 Sujeito passivo

4. Tipo objetivo

4.1 Modalidades típicas

4.2 Lugar do crime

4.3 Ausência de autorização

4.4 Crime de perigo concreto

4.5 Contravenção penal - derrogação do art. 34 da LCP (D.L. 3.688/41)

4.6 Qualificadoras preterdolosas

5. Elemento subjetivo
6. Consumação e tentativa
7. Penas e seus reflexos
8. Ação penal
9. Classificação jurídica
1. Objeto jurídico
2. Sujeitos do crime
 - 2.1 Sujeito ativo
 - 2.2 Sujeito passivo
3. Tipo objetivo
 - 3.1 Conduta nuclear
 - 3.2 Hipóteses contempladas no tipo
 - 3.3 Situação jurídica de algumas condutas
 - 3.4 Crime de perigo concreto
 - 3.5 Lugar do crime
 - 3.6 Contravenção penal - derrogação do art. 32 da LCP (D.L. 3.688/41)
4. Elemento subjetivo
5. Consumação e tentativa
6. Penas e seus reflexos
7. Ação penal
8. Classificação jurídica
1. Objeto jurídico
2. Sujeitos do crime
 - 2.1 Sujeito ativo
 - 2.2 Sujeito passivo
3. Tipo objetivo
 - 3.1 Conduta nuclear
 - 3.2 Configuração do crime
 - 3.3 Crime de perigo abstrato
4. Elemento subjetivo
5. Consumação e tentativa
6. Penas e seus reflexos
7. Ação penal
8. Classificação jurídica
1. Objeto jurídico
2. Sujeitos do crime
 - 2.1 Sujeito ativo

- 2.2 Sujeito passivo
- 3. Tipo objetivo
 - 3.1 Conduta nuclear
 - 3.2 Configuração do crime
 - 3.3 Lugar do crime
 - 3.4 Norma penal em branco
 - 3.5 Crime de perigo concreto
 - 3.6 Contravenção penal - derrogação do art. 34 da LCP (D.L. 3.688/41)
- 4. Elemento subjetivo
- 5. Consumação e tentativa
- 6. Penas e seus reflexos
- 7. Ação penal
- 8. Classificação jurídica
- 1. Objeto jurídico
- 2. Sujeitos do crime
 - 2.1 Sujeito ativo
 - 2.2 Sujeito passivo
- 3. Tipo objetivo
 - 3.1 Conduta nuclear
 - 3.2 Configuração do crime
 - 3.3 Momento do crime
 - 3.4 Concurso de crimes
 - 3.5 Limites ao direito à autodefesa
- 4. Elemento subjetivo
- 5. Consumação e tentativa
- 6. Penas e seus reflexos
- 7. Ação penal
- 8. Classificação jurídica